

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **EDcl na SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 14.930 - EX (2015/0302344-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE** : MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A  
**ADVOGADOS** : SERGIO RUY BARROSO DE MELLO - RJ063377  
FELIPE AFFONSO CARNEIRO - DF022593  
CRISTIANE MACHADO DE MACÊDO - RJ123240  
GRAZIELA DE OLIVEIRA SOUZA - SP253884  
RAPHAEL SAYDI MACEDO MUSSI - RJ150686  
DANIELLA RAMOS RECIOPPO - SP258451  
ISMÊNIA MACHADO RODRIGUES - SP357627  
KAREN SHIZUE SILVA UEDA - SP354875  
ROBERTA VELLA DE ARAÚJO - SP255461  
SHEILA DE OLIVEIRA STORINO - SP320913  
**EMBARGADO** : ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA  
**ADVOGADO** : MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA - DF006517  
**ADVOGADOS** : MARIANA RODRIGUES MOUTELLA - DF015651  
ANDRÉ MACEDO DE OLIVEIRA - DF015014  
ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD E  
OUTRO(S) - SP206552  
GIOVANI TRINDADE CASTANHEIRA FAGG MENICUCCI -  
DF027340  
MARCELO GROBA VIEIRA - SP350992  
MARCO ANDRE KATZ - SP320373  
**SOC. de ADV.** : BARBOSA, MUSSNICH E ARAGAO - ADVOGADOS  
**EMBARGADO** : ALSTOM POWER INC  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ MACEDO DE OLIVEIRA - DF015014  
GIOVANI TRINDADE CASTANHEIRA FAGG MENICUCCI -  
DF027340  
GUSTAVO SANTOS KULESZA E OUTRO(S) - SP299895  
MARCELO GROBA VIEIRA - SP350992  
MARCO ANDRE KATZ - SP320373

### **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. AUSÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO NO ARESTO EMBARGADO. MERA IRRESIGNAÇÃO COM O TEOR DO ACÓRDÃO. DESCABIMENTO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1. A atribuição de efeitos infringentes, em embargos de declaração, somente é admitida em casos excepcionais, os quais exigem, necessariamente, a ocorrência de quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

2. De toda a argumentação deduzida pela parte embargante,

# *Superior Tribunal de Justiça*

apenas se verifica irresignação com o disposto no aresto que homologou a sentença estrangeira, não sendo o caso de opor embargos de declaração.

3. Sobre as omissões apontadas, foram claramente explicadas na ementa do acórdão embargado e exauridas no voto do Relator.

4. Quanto à suposta contrariedade contida no acórdão impugnado e alegada pela parte embargante, entendo que é inexistente. De fato, o voto do Relator, bem como a ratificação de voto apresentada no decorrer do julgamento, explicitaram de forma clara toda a motivação que levou à homologação da sentença estrangeira.

5. Importante lembrar que o teor do art. 489, § 1º, inc. IV do CPC/2015, ao dispor que "[n]ão se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador", não significa que o julgador tenha que enfrentar todos os argumentos trazidos pelas partes, mas, sim, os argumentos levantados que sejam capazes de, em tese, negar a conclusão adotada pelo julgador.

6. A pretensão da ora embargante, ao apontar omissões e contradição inexistentes, é, tão somente, manifestar dissenso e pedir o re julgamento de questão já decidida, o que não é cabível em embargos de declaração. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a discordância com o julgamento não se configura motivo para a interposição de embargos declaratórios. Precedentes do STJ.

7. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Francisco Falcão, Nancy Andrighi, Laurita Vaz, Humberto Martins, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura e os Srs. Ministros Herman Benjamin e Paulo de Tarso Sanseverino.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Licenciado o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília, 02 de outubro de 2019(Data do Julgamento).

Ministro João Otávio de Noronha  
Presidente

Ministro Og Fernandes  
Relator

